



Serviço Social e Movimentos sociais: contribuições dos 15 anos do GTP'S da ABEPSS

Social Service and Social Movements: contributions from the 15 years of the ABEPSS GTPS

Luís Augusto Vieira*

 <https://orcid.org/0000-0002-7124-9773>

Lidiany de Lima Cavalcante**

 <https://orcid.org/0000-0003-0477-6386>

Paula Bonfim***

 <https://orcid.org/0000-0003-2469-9103>

Taciane Couto Gonçalves****

 <https://orcid.org/0000-0003-1464-7238>

RESUMO

O artigo reflete sobre a criação dos GTPs da ABEPSS em 2010 e a particularidade do GTP “Movimentos Sociais e Serviço Social”. O objetivo central deste trabalho é analisar como esse GTP colaborou, nos últimos quinze anos, para o aprofundamento da reflexão entre a profissão e os movimentos sociais, desvelando as particularidades dessa relação e a importância desse processo. A partir da análise dos relatórios do GTP, dos artigos publicados pelas gestões anteriores e do levantamento do “estado da arte” (2024), apresentamos as contribuições deste GTP nesse período, destacando os avanços, a articulação do conjunto de pesquisadoras/es e os desafios diante da conjuntura atual.

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente na Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiás, Brasil). E-mail: luis_augusto_vieira@ufg.br

**Assistente Social. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, (UFAM, Manaus, Brasil). Docente na Universidade Federal do Amazonas, (UFAM, Manaus, Brasil). E-mail: lidiany@ufam.edu.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: bonfimpaulauerj@gmail.com

****Assistente social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Cuiabá, Brasil). E-mail: taciane.goncalves@ufmt.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p291-306



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais; Serviço Social; GTPs da ABEPSS.

ABSTRACT

This article reflects on the creation of the ABEPSS GTPs in 2010 and the unique nature of the "Social Movements and Social Service" GTP. The central objective of this article is to reflect on how this GTP has contributed, over the past fifteen years, to a deeper reflection between the profession and social movements, revealing the particularities of this relationship and the importance of this process. Based on an analysis of the GTP reports, articles published by previous administrations, and a survey of the "state of the art" (2024), we present the contributions of this GTP during this period, highlighting the advances, the coordination of the group of researchers, and the challenges faced in the current situation.

KEYWORDS

Social movements; Social Work; ABEPSS GTPs.

Introdução

A dinâmica social brasileira vem se alterando significativamente nas últimas décadas, apresentando mudanças na esfera política e ideológica, com rebatimentos nas lutas sociais e na organização da classe trabalhadora.¹ A lógica neoliberal se adensou, produzindo uma sociabilidade cada vez mais individualista — seja no mundo do trabalho, com a ideologia do empreendedorismo, seja no fortalecimento da ideologia da meritocracia e no ataque sistemático às políticas públicas direcionadas ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a análise das contribuições dos GTPs da ABEPSS para a formação profissional em Serviço Social, nos últimos quinze anos, exige uma reflexão crítico-dialética que apreenda como o Serviço Social se movimentou nesse período, tentando captar as rupturas e continuidades com relação a conceitos, diretrizes e estratégias pedagógicas e políticas nos enfrentamentos aos desafios postos à formação e à intervenção profissional.

A proposta deste artigo é analisar sobre como o GTP da ABEPSS “Movimentos Sociais e Serviço Social” colaborou, nesse período, para o aprofundamento da reflexão entre a profissão e os movimentos sociais, desvelando as particularidades dessa relação e a importância desse processo. Nos itens a seguir, apresentamos o acúmulo sobre a conjuntura dos últimos quinze anos, a produção do GTP nesse período e os desafios atuais das lutas e da formação profissional.

Conjuntura e lutas sociais

A conjuntura contemporânea, no marco dos quinze anos de existência dos Grupos de Trabalho e Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), acentua desafios e dilemas para os sujeitos e coletivos que se empenham na construção de uma sociabilidade alternativa ao capital. Diversas análises, tais como as de

¹ Entendemos como classe trabalhadora o conjunto de pessoas que dependem da venda de sua força de trabalho para viver, seja por meio do assalariamento ou outras formas mais precarizadas de vínculos ou mesmo sem vínculo direto com os detentores dos meios de produção. Estão incluídos nessa categoria os desempregados. Destacamos que a classe trabalhadora não é homogênea; nessa podemos identificar frações de classe a partir do nível de renda e perspectiva política e ideológica.

Anderson (1995), Chesnais (1996), Antunes (2009) e Harvey (2011), convergem ao caracterizar o período atual como uma expressão da crise estrutural do capitalismo — a mais longa desde a Grande Depressão de 1929. Para além do processo de financeirização e da plataformização do capital e da vida, elementos históricos adquirem nova proeminência no cenário brasileiro e global.

Conforme aponta Anderson (1995), desde sua gênese, as políticas neoliberais foram incapazes de responder aos desafios que o modo de produção capitalista supostamente se propunha a solucionar. Seu principal triunfo residiu no plano ideológico, a ponto de o neoliberalismo ter se tornado uma referência central inclusive para críticas dirigidas ao capitalismo contemporâneo. Não obstante, tanto do ponto de vista político — com a ressignificação, e não redução, do papel do Estado — quanto econômico — ao não resolver a longa crise em curso — a agenda neoliberal revelou-se um contundente fracasso.

Seus impactos, contudo, são inegáveis sobre diversas dimensões da vida social, como a profunda reconfiguração do mundo do trabalho e a intensificação da degradação ambiental, cada vez mais predatória.

Traços marcantes do período derivam diretamente desse processo. O efetivo descontentamento de parcelas significativas da população tem sido canalizado por perspectivas reacionárias que, insatisfeitas com a conjuntura, propõem como solução “[...] fazer girar para trás a roda da história [...]” (Marx; Engels, 2017, p. 31). Não se configura, portanto, como um acaso o ressurgimento de movimentos de extrema-direita, no Brasil e no mundo. Embora sua expansão quantitativa ainda seja objeto de debate, é inequívoco que tais perspectivas ganham renovada visibilidade pública em um cenário que lhes confere legitimidade.

No âmbito do Estado, novas tensões emergem em torno dos poderes legislativo, executivo e/ou judiciário. Nesse sentido, não é fortuito que iniciativas golpistas se desenvolvam, em distintos países, no interior da própria institucionalidade democrática — uma concepção de democracia formal, distinta daquela defendida pelo Código de Ética de Assistentes Sociais de 1993, que a entende como acesso efetivo a bens, serviços e à riqueza socialmente produzida. A própria defesa do Estado Democrático de Direito pode legitimar instâncias de poder, como o Judiciário, que atuam sistematicamente contra direitos de populações empobrecidas, como se observa em seu posicionamento frente às contrarreformas trabalhistas.

Um aspecto central para a presente reflexão, diretamente relacionado ao escopo deste Grupo de Trabalho e Pesquisa, reside no impacto da atual conjuntura sobre as lutas e os movimentos sociais. Dados de diversas fontes, como os levantamentos do DIEESE (2025) sobre greves, evidenciam a quantidade de lutas em curso no país. No que diz respeito à sua multiplicidade, ela se expressa em ações de juventudes que criam novas formas culturais, de ofensiva ou de resistência; nas pautas de mulheres contra o machismo estrutural; no enfrentamento histórico da população negra às explorações e opressões racistas; nas mobilizações de povos indígenas, da população LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, de familiares de vítimas letais do Estado, no enfrentamento de trabalhadores por

aplicativos, dentre tantos outros segmentos que trazem a público suas críticas, revolta e apontam alternativas a tais situações.

Contudo, esses movimentos se deparam com desafios concretos. Um dos principais é a sua fragmentação, a plataformização e o uso das chamadas Inteligências Artificiais (IA), que reforçam a disciplina flexível e isolam o trabalhador em milhões de contratos solitários — o que reflete na dificuldade de traduzir em prática política a indivisibilidade entre as dimensões singular, particular e universal do ser e indivíduo social (Marx, 2011), no que tange às articulações necessárias entre classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual etc.

Adicionalmente, consolida-se uma análise conjuntural que caracteriza as lutas atuais como predominantemente defensivas. Embora se reconheça que sua repercussão seja menor que a da década de 1980 no Brasil, tal interpretação frequentemente redundando em estratégias igualmente defensivas. Exemplo disso é a prioridade conferida às disputas eleitorais e à ocupação de cargos no aparelho de Estado, que se deslocam de espaços táticos a objetivos centrais na agenda de muitos coletivos.

A hegemonia dessa leitura é tal que mesmo pautas ofensivas e de vanguarda — como a defesa do aborto como questão de saúde pública; as mobilizações por soberania alimentar, em oposição ao agronegócio; ou a luta por reparações para povos negros, indígenas, quilombolas, além das diversas formas de enfrentamento à precarização do trabalho impostas pelas plataformas digitais — são frequentemente enquadradas como mera “resistência”. O mesmo ocorre com análises sobre as rebeliões de junho de 2013 (Maricato *et al.*, 2013; Vieira, 2020), cujas pautas propositivas — como a da gratuidade no transporte público e de qualidade — foram posteriormente instrumentalizadas no golpe de 2016 (Jinkings; Doria; Cleto, 2016).

Finalmente, um último aspecto a ser destacado é o retorno da mobilização reacionária ao espaço público, que, para além do uso estratégico das redes sociais, reocupa as ruas — estratégia já vista em outros momentos históricos, como determinadas experiências fascistas. Este fenômeno impõe à análise o desafio de reconhecer que o campo das lutas sociais não se restringe a expressões de caráter progressista ou revolucionário.

Frente a este cenário multifacetado e desafiador, torna-se imperativo refletir sobre os instrumentos teóricos e práticos para a superação de tais impasses. A análise crítica da realidade, a formação de sujeitos com compromisso com a transformação social e a formulação de estratégias que transcendam a fragmentação e o defensivismo são, portanto, tarefas inadiáveis. É precisamente neste ponto que a contribuição de espaços acadêmico-políticos voltados à pesquisa engajada assume uma relevância estratégica fundamental.

Nesse contexto, reafirma-se a importância dos Grupos de Trabalho e Pesquisa da ABEPSS como locus de produção de conhecimento crítico, articulação política e formação de sujeitos com compromisso com a transformação social. Ao promover o diálogo entre diferentes movimentos e perspectivas teóricas, os GTPs potencializam a superação de fragmentações e a construção de agendas comuns que articulem as múltiplas dimensões das lutas de classes, gênero, raça, etnia, sexualidade, geração, território e outros

marcadores sociais. Reconhecer as contradições da conjuntura e enfrentar os desafios impostos pelo neoliberalismo e pelo retorno à cena pública de projetos reacionários é tarefa urgente para a defesa da radicalidade democrática e a efetiva construção de uma sociedade justa, plural e humanamente emancipada.

A construção dos GTPs da ABEPSS e a discussão sobre movimentos sociais em debate

O atual projeto de formação em Serviço Social vem se fortalecendo desde meados da década de 1980; princípios e valores profissionais foram se delineando e apontando para uma formação crítica e comprometida com o questionamento da sociabilidade capitalista e com a construção de uma sociedade sem exploração e dominação de todos os tipos. Tais princípios se expressam nos debates coletivos da categoria e tiveram seu ápice na formulação e aprovação do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação — Lei nº 8.662/1993 — e das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em 1996.

Desde então, muitos têm sido os esforços do conjunto de assistentes sociais, docentes e discentes para garantir uma formação de qualidade, presencial e sintonizada com os desafios postos pela conjuntura atual. Entre as muitas ações nessa direção, está a criação, no âmbito da ABEPSS, dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Os debates sobre a necessidade e importância da criação de GTPs foram amplos e envolveram docentes e discentes de diferentes regiões, resultando, em 2008, na inclusão do artigo nº 34 do Estatuto da ABEPSS, que trata da constituição e competência de Grupos Temáticos de Pesquisa na área de Serviço Social (Mauriel, 2017).

A criação dos GTPs expressa a ampliação das pós-graduações na área, a maturidade da produção de conhecimento em Serviço Social e a necessidade de articulação entre quem realiza pesquisa com temas semelhantes. Logo após essa inclusão, os debates se adensaram e, em 2009, na Oficina Nacional de Graduação da ABEPSS, no Rio de Janeiro, foi elaborado o documento “A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica” — material base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa.

No entanto, a implantação dos GTPs só foi efetivada no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, em 2010, quando ocorreram os colóquios por área temática, criando assim os sete GTPs da ABEPSS². Desde sua criação, os GTPs se apresentaram como espaços estratégicos no combate ao produtivismo e ao isolamento ao qual quem realiza pesquisa é constantemente submetido na academia (Mauriel, 2017). A tarefa de estruturação dos GTPs e construção das primeiras ementas foi executada na gestão da ABEPSS 2011–2012. É possível constatar que, nesse

² Primeira estruturação dos GTPs: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Em 2014 houve a criação de um novo Grupo Temático, o **GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais**, fruto do desmembramento da temática de geração do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, que passou a ser nomeado GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades (Mauriel, 2017).

primeiro momento, o trabalho dos GTPs voltou-se para a organização interna de funcionamento e uma maior articulação com a pós-graduação. O documento informativo dos GTPs de novembro de 2012 da ABEPSS mostra que, “[...] em termos de concepção, se encontra uma versão mais voltada para a organização da pesquisa na pós-graduação, menos voltada à integração com a graduação” (Mauriel, 2017, p. 6).

Ao realizarmos um balanço da produção do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, nesses últimos quinze anos, constatamos avanços importantes em várias direções: 1. crescente articulação entre pesquisadores/as do Serviço Social que investigam a temática dos movimentos sociais; 2. revisão, a cada dois anos, da ementa desse eixo temático; 3. levantamento permanente do “estado da arte” das produções sobre movimentos e lutas sociais; e 4. construção dos “Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social”.

Ao analisar os relatórios, artigos e demais documentos desse GTP, desde a sua criação, evidenciamos a formulação de três ementas. Ao compararmos essas três formulações, observamos elementos de continuidade entre elas: a dimensão de classe aparece como estruturante em todas, e o aspecto da consciência de classe permanece como condição para as lutas e organização da classe trabalhadora.

A forma de organização da classe trabalhadora em partidos e sindicatos se destaca nas ementas de 2010³ e 2018⁴, enquanto na ementa de 2024⁵ essas formas organizativas

³ “Classe, consciência de classe e lutas sociais; Organizações dos trabalhadores: partido e sindicato; O debate dos chamados “novos movimentos sociais”; As lutas sociais e suas configurações socio-históricas; A reflexão teórico-política e interventiva da relação do Serviço Social com os movimentos e organizações da classe trabalhadora; A intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular; A organização política dos Assistentes Sociais na sua condição de trabalhador assalariado e sua relação com a luta geral dos trabalhadores” (ABEPSS. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XIV ENPESS “Lutas Sociais e Produção de Conhecimento” – Natal, 2014, p. 7).

⁴ “Classe, consciência de classe e lutas sociais. Teoria das organizações clássicas dos trabalhadores: partido e sindicato. A teoria clássica dos movimentos sociais e as premissas analíticas dos “novos movimentos sociais”. As configurações das lutas sociais no capitalismo (fase concorrencial e monopólica) e as estratégias de enfrentamento do Estado. Os movimentos e lutas sociais na era da acumulação flexível e do ideário neoliberal. Os movimentos sociais na realidade latino-americana e brasileira: contexto histórico; formas organizativas; objetivos e lutas. Serviço Social, movimentos sociais e projeto ético-político profissional: A inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. A reflexão teórico-política e interventiva da relação do Serviço Social com os movimentos e organizações da classe trabalhadora. A intervenção profissional nas estratégias de mobilização, organização e participação popular. A organização dos assistentes sociais na sua condição de trabalhador assalariado. A organização política da categoria e sua relação com as lutas e organizações dos trabalhadores” (ABEPSS, Relatório do GTP de Serviço Social e Movimentos Sociais, XVI ENPESS: “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social” - Vitória, 2018, p. 1).

⁵ “Classe, Consciência de Classe e Lutas Sociais. Serviço Social e Lutas Sociais da classe trabalhadora. Configurações sócio-históricas das lutas e resistências de sujeitos afrodiáspóricos e dos povos indígenas contra a colonização na América Latina e Caribe, com a emergente sociedade burguesa e configurando-se como fundamento da questão social. O protagonismo de rebeliões negras, indígenas, quilombolas, populares na conformação das classes trabalhadoras e subalternas no Brasil. Organizações da classe trabalhadora: movimentos sociais e partidos; sindicatos. Classe, raça/etnia, geração, diversidade sexual e de gênero na conformação dos sujeitos, no contexto das lutas de classe. As lutas sociais no capitalismo e as estratégias de enfrentamento do Estado. Rebeliões e resistências contra o neoliberalismo e a atual fase da acumulação

aparecem como uma das configurações das lutas. Em 2010 e 2018, é evidente a preocupação com a reflexão sobre os “novos movimentos sociais”, evidenciando um cuidado em captar as particularidades das lutas sem abandonar a centralidade da classe nos processos de organização e lutas contra a exploração e as variadas formas de opressão.

Esses elementos de continuidade demonstram uma opção teórica norteadora na análise da realidade, dos movimentos sociais e da profissão: a teoria social marxista. Ainda que, na ementa aprovada no ENPESS de 2024, esses componentes permaneçam, observamos mudanças importantes na compreensão da questão social no Brasil. Essa nova ementa passa a considerar “[...] o protagonismo de rebeliões negras, indígenas, quilombolas, populares na conformação das classes trabalhadoras e subalternas no Brasil [...]” e expressa o entendimento de que as dimensões de classe, raça/etnia, geração, diversidade sexual e de gênero precisam ser consideradas no contexto das lutas de classe (ABEPSS, 2024). Entendemos que essa novidade é resultado tanto das produções teóricas e ações políticas dos movimentos negro e indígena quanto do compromisso assumido, por várias gestões da ABEPSS, com uma formação antirracista.

Outro avanço evidenciado nos últimos anos foi a construção dos “Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social”, lançado no ENPESS de 2022. Neste documento, são apresentadas sínteses e reflexões a partir do acúmulo dos debates realizados no GTP e um panorama do “[...] que vem sendo exercitado como prática de ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma perspectiva crítica nas diferentes UFAs” (ABEPSS, 2022b, p. 5).

Os subsídios refletem as tendências atuais presentes nos debates sobre movimentos sociais e sua interlocução com a profissão, e apontam os aspectos que precisam ser enfatizados tanto na formação quanto no exercício profissional. Evidenciam que, apesar de as Diretrizes Curriculares de 1996 considerarem as lutas sociais como constitutivas da questão social, os movimentos sociais e seus sujeitos seguem distantes do cotidiano profissional de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Sugerem, portanto, que:

[...] precisamos enriquecer a leitura das bases sócio-históricas e dos sujeitos do antagonismo de classes que deram contorno concreto à emergência da questão social no país e na região latino-americana; analisando e interpelando suas expressões pela lente do movimento das classes subalternas. Isso significa

capitalista. Lutas e resistências de trabalhadores e trabalhadoras no campo, nas cidades e nos territórios; Lutas populares e camponesas contra o neoextrativismo; o protagonismo das lutas feministas; resistência dos povos originários e comunidades tradicionais contra a expropriação dos bens comuns da natureza na América Latina e Caribe. A diversidade da classe trabalhadora e os impactos nas suas formas de organização. Serviço Social, lutas e movimentos sociais e projeto ético-político profissional. A intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular, valorizando a articulação intrínseca entre as lutas sociais na conformação dos traços de resistência que atravessam as expressões da questão social. A organização política de Assistentes Sociais na sua condição de classe trabalhadora e sua relação com as lutas sociais” (Relatório Final das Atividades desenvolvidas pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. XVIII ENPESS: “Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social”, Fortaleza, 2024, p.6–7).

avancarmos em estudos e estratégias de intervenção que valorizem os conflitos, as rebeldias e resistências que perpassam a questão social e se repõem como demandas para a atuação profissional; que dialoguem com os processos de auto-organização protagonizados pelos sujeitos subalternos; que estejam atentos à funcionalidade repressiva de alguns mandatos institucionais a partir de uma reflexão crítica sobre o significado das políticas sociais com as quais trabalhamos (ABEPSS, 2022b, p.66).

Os subsídios apresentam também algumas indicações teórico-práticas: 1. defende-se que as disciplinas com a temática dos movimentos sociais sejam obrigatórias, tenham uma carga horária mínima de sessenta horas (60h) e que não sejam entendidas como apêndice da formação; 2. que as reflexões sobre as lutas sejam transversais à formação profissional; 3. enfatiza-se a necessidade de investimento teórico-político nas experiências de extensão junto aos movimentos sociais, assim como a preocupação com a abertura de campos de estágio supervisionado junto a movimentos sociais; 4. propõe-se que a temática “Movimentos e Lutas Sociais” possa também assumir centralidade em alguma edição do Projeto ABEPSS Itinerante.

Serviço Social e Movimentos Sociais: demandas contemporâneas

Considerando como os processos de aproximação e distanciamento com as lutas sociais e as organizações da classe trabalhadora se deram na trajetória do Serviço Social brasileiro, podemos dizer que o chamamento para que a profissão assuma uma postura mais alinhada com as lutas democráticas e emancipatórias das classes subalternizadas seja, talvez, a demanda primeira colocada para o conjunto profissional. E tal demanda, por si só, representa um grande desafio, considerando a contradição incontornável que marca o significado social da profissão: a de que nossa intervenção, inscrita no bojo das relações sociais capitalistas, se dá pela mediação de interesses antagônicos (Iamamoto; Carvalho, 2009).

Na condição de assalariamento, com inserção majoritária no serviço público estatal — mas não exclusivamente (CFESS, 2022) —, nos contratam para intervir sobre as expressões da questão social, gozando de uma relativa autonomia profissional. Nestes termos, não é incomum que, tantas vezes, se percebam conflitos entre o repertório intelectual, operativo e ético acionado no exercício crítico da profissão, em oposição à expectativa do apaziguamento dos conflitos de classe e da individualização das expressões da questão social que tendem a orientar as políticas sociais e demais espaços ocupacionais.

Todavia, pensando crítica e dialeticamente em como incidir sobre as contradições postas pela realidade social, é possível elencar algumas demandas apresentadas à profissão e tentar apreendê-las e respondê-las de maneira mais alinhada ao atual projeto ético-político do Serviço Social. Tendo em vista, sempre, que, enquanto profissionais, somos contribuintes — e não protagonistas ou tutores — dos movimentos sociais e demais organizações populares.

Em tempos de maior presença pública do neoconservadorismo e acirramento da criminalização da classe trabalhadora, é imprescindível uma leitura e intervenção críticas na realidade, capazes de superar a invisibilização dos processos de coletivização e conflitos

sociais que surgem em prol do bem-estar da população. Se as instituições burguesas reprimem e a mídia hegemônica distorce a realidade, fazem-se necessárias análises que apreendam os determinantes da realidade concreta em sua complexidade, subsidiando intervenções profissionais que valorizem as formas de auto-organização das classes subalternizadas e apoiem os projetos coletivos que questionam a ordem vigente e proponham mudanças estruturais.

As lutas sociais das classes subalternizadas integram a questão social, e as formas como esses grupos se auto-organizam para enfrentar as situações de opressão e exploração devem ser valorizadas, politizadas e fortalecidas. Diante do leque de demandas específicas — luta pela terra, pela soberania alimentar, por relações dignas de trabalho, equidade na divisão sexual do trabalho, erradicação do trabalho infantil e análogo à escravidão, dentre outras —, as formas encontradas para prestar apoio não apontam para uma receita óbvia e universal. A classe trabalhadora não é homogênea, não é revolucionária a priori, e o caminho a ser percorrido no apoio às suas formas de luta e organização precisa observar, neste percurso, as cisões — econômicas, políticas e ideológicas — e as articulações possíveis.

Assistentes sociais devem ter atenção e abertura ao diálogo com as críticas que os movimentos sociais fazem às formas de enfrentamento da questão social acionadas pela classe dominante, dentro e fora do Estado. As lutas sociais são pilares da democracia e forçam o conjunto da sociedade a refletir e buscar soluções para os problemas denunciados. As lutas sociais, em geral, e os movimentos sociais, em específico, interpelam o Serviço Social a disputar o significado e a direção social da própria intervenção profissional. Além disso, denunciam o trabalho da/o assistente social quando este se associa às ações autoritárias do Estado ou do capital privado.

Também são responsáveis por revelar os limites das políticas sociais e apontar alternativas. É o caso da violação de direitos sistematicamente praticada pelo próprio Estado em processos de remoções forçadas, flexibilização das leis em apoio aos grandes empreendimentos, desfinanciamento das políticas sociais, dentre outras denúncias. Nesses contextos, os movimentos sociais exigem que o Serviço Social se comprometa com os princípios democráticos, defenda os direitos à moradia, à cidade, ao reassentamento justo, às indenizações adequadas. Defenda a participação real da população em processos de controle social. Socialize as informações sobre direitos. Denuncie a violência praticada, principalmente contra os grupos mais subalternizados (mulheres, lideranças políticas, populações indígenas etc.).

Há também demanda por orientação, informação e formação a respeito de conteúdos variados (mas que configuram matéria do Serviço Social), viabilizando que assistentes sociais prestem atendimentos coletivos e assessorias técnico-políticas aos setores organizados da classe trabalhadora. Com graus de complexidade distintos, o atendimento dessas demandas pode auxiliar no processo de politização coletiva e, quem sabe, na criação de mecanismos de ofensiva e de resistência nas lutas. Inclusive, no trabalho direto com movimentos sociais, há uma demanda por apoio técnico e político em processos mais diretamente voltados para a organização política. A contribuição para a formação

ideopolítica é a construção de um modo de pensar e agir que leve à constituição de um projeto coletivo de transformação social.

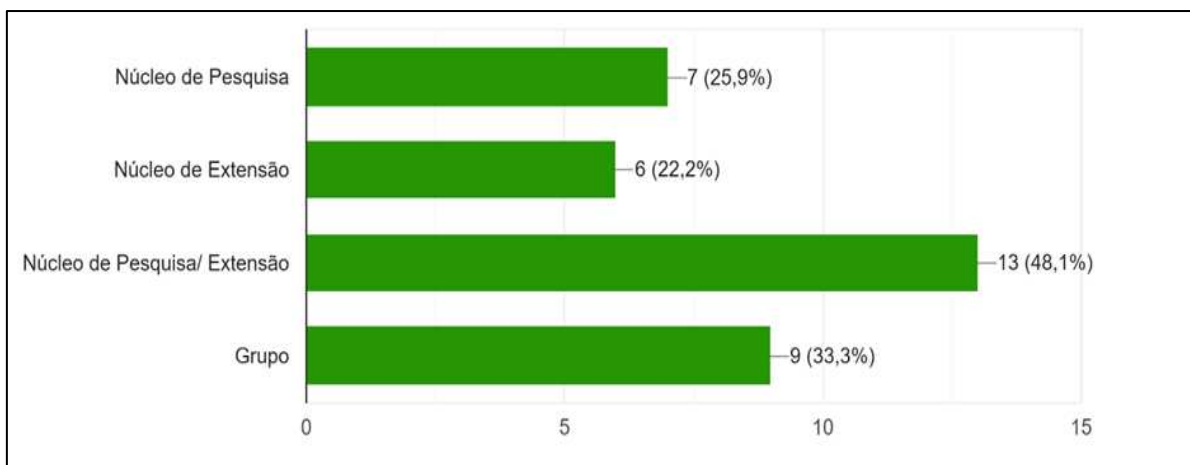
Os movimentos sociais também esperam que a universidade pública direcione sua produção intelectual para as necessidades e interesses da classe trabalhadora, se aproximando das lutas sociais por meio do ensino, estágio, extensão e pesquisa. Nesta perspectiva, a formação acadêmico-profissional do Serviço Social pode proporcionar vivências e aprendizados que fortaleçam as lutas sociais democráticas e emancipatórias, orientada pelo próprio projeto ético-político da profissão.

É fundamental que assistentes sociais conheçam, apoiem e se articulem com os movimentos sociais, populares, democráticos e revolucionários — tanto os que atuam em arenas institucionais quanto os extrainstitucionais — para dar visibilidade às disputas nas políticas sociais e contribuir para estratégias coletivas. É um desafio buscar uma imbricação entre as lutas coletivas e emancipatórias das classes subalternas, com foco na superação das desigualdades de classe, raça e gênero estruturais do capitalismo. Tais desafios precisam se materializar nas ações cotidianas do trabalho profissional — nos projetos profissionais, nas políticas públicas que propomos, implantamos, avaliamos etc.

O Estado da Arte no GTP: algumas reflexões

O reflexo dos 15 anos dos GTPs da ABEPSS revela uma história permeada por construções, debates, propostas e reflexões quanto às tendências de novas e velhas polêmicas da profissão. Desde a primeira gestão (2011–2012), a coordenação nacional do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social afirma que a formação e o trabalho profissional se constituem como molas propulsoras, as quais balizam o movimento da profissão por meio de lutas que se fazem necessárias, diante das crises macroestruturais que asseveram conflitos de classe e evidenciam respostas de trabalhadores e trabalhadoras de forma organizada, frente aos liames da sociabilidade capitalista. Desde o nascedouro, as reflexões do GTP fomentaram um processo de construção contínua a partir das demandas contemporâneas da profissão, assim como o estímulo à categoria para a concretização de pesquisas que trouxessem a problematização do Serviço Social articulado às lutas sociais e às organizações da classe trabalhadora, além da demanda por conhecimento e atualização do estado da arte que relaciona a temática do GTP ao contexto profissional.

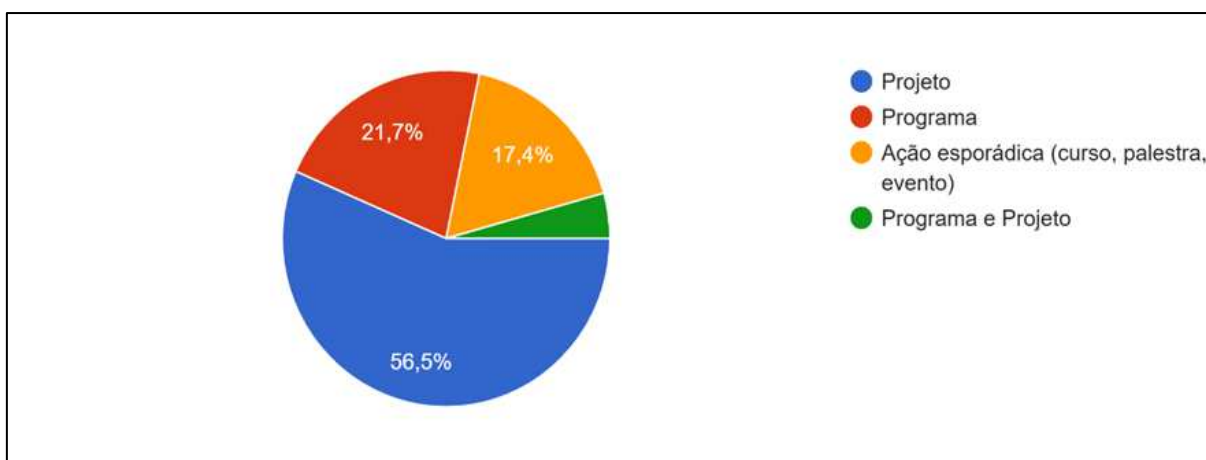
Sobre isso, a coordenação do GTP organizou pilares que pudessem atualizar dados, sendo o último concretizado por meio de um levantamento realizado em 2024, o qual foi direcionado a profissionais que atuam à frente de grupos de pesquisa. Com o objetivo de conhecer o que está sendo produzido de norte a sul do país sobre Movimentos Sociais e Serviço Social, conseguimos chegar a 27 grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa e extensão que desenvolvem atividades envolvendo o tripé da universidade acerca da temática. Sobre o perfil dos grupos, obteve-se os resultados expostos no Gráfico 1.

Gráfico 1: Modalidade dos Grupos

Fonte: Levantamento do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social (2024).

No que se refere aos dados, 85,2% dos grupos afirmaram realizar atividades de extensão e 73,9% indicaram que as ações são realizadas na universidade e nos espaços de organização dos sujeitos (territórios), de forma conjunta. A integração entre pesquisa e extensão aponta um salto relevante, seja pela construção histórica da formação profissional pautada no reconhecimento da extensão universitária como pilar para o conhecimento da realidade social, seja pela expressão contemporânea alavancada na demanda pela inserção curricular da extensão — pauta corrente das Instituições de Ensino Superior (IES).

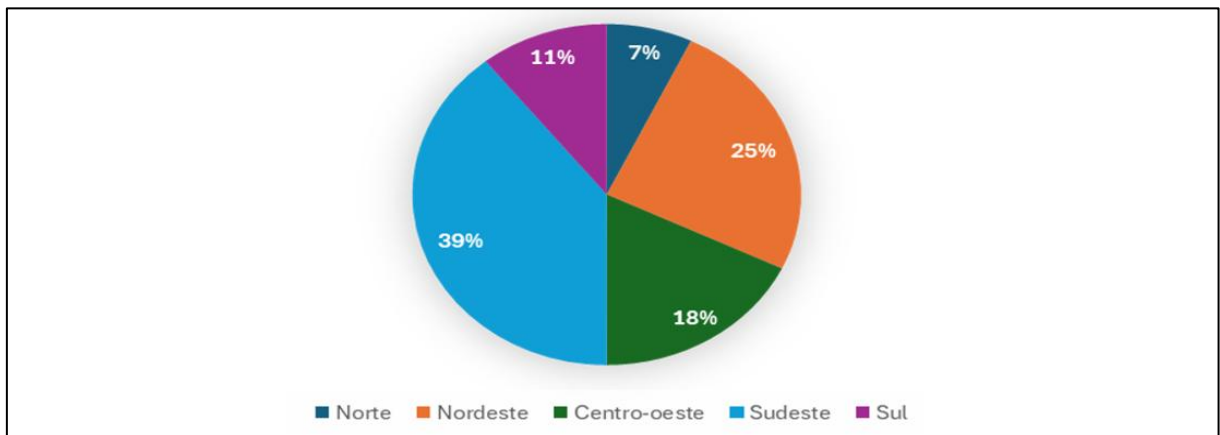
Os primeiros registros de extensão universitária no Brasil são datados de 1912 e perpassam décadas com a aprovação de estatutos, leis, decretos, resoluções de conselhos e planos, até chegar à Política Nacional de Extensão em 2009, discutida e aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), tornando-se normativa por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (ABEPSS, 2022).

Gráfico 2: Ações de extensão

Fonte: Levantamento do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social (2024).

Na modalidade de extensão, as creditações podem ser feitas por meio da execução de programas, cursos, palestras, projetos, oficinas e eventos, assim como pela prestação de serviços que estejam alinhados aos interesses acadêmicos (ABEPSS, 2022a). Já a inserção curricular objetiva proporcionar a interação entre a extensão, as disciplinas e os demais componentes curriculares da formação profissional.

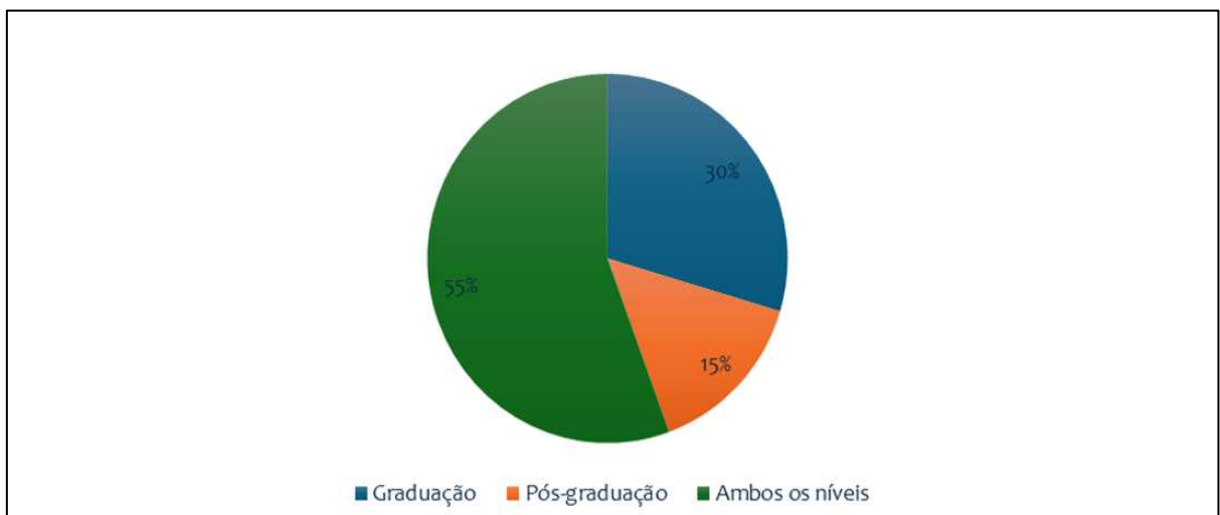
Gráfico 3: Divisão por Região



Fonte: Levantamento do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social (2024).

A região preponderante no envio das respostas ao levantamento do GTP foi a Sudeste do país, com 39% do total de grupos participantes na sondagem. Sobre o tempo de existência dos grupos, núcleos e laboratórios, detectou-se formações desde 1989 (três grupos); contudo, as maiores expressões de grupos criados se deram a partir de 2010, o que coincide com a criação dos GTPs pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Gráfico 4: Vínculo dos grupos



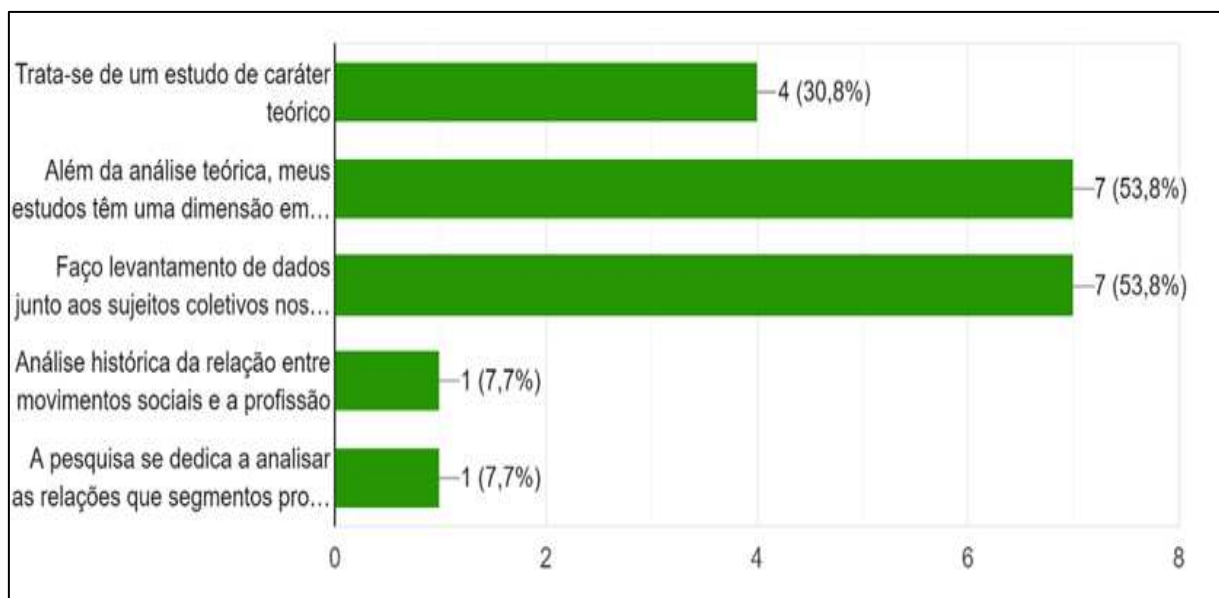
Fonte: Levantamento do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social (2024).

Em sua maioria (55%), os grupos, núcleos e programas de pesquisa e extensão estão vinculados à graduação e à pós-graduação, ou seja, a atuação se efetiva em ambos os níveis de formação profissional de forma imbricada. Do total de 27 participantes do

levantamento, 51,9% afirmaram que não há pesquisas sobre movimentos sociais no momento corrente (2024), enquanto 48,1% indicaram desenvolver pesquisas, extensão e ações pontuais sobre a temática. Além disso, 63% dos grupos já desenvolveram pesquisas em anos anteriores.

Para Abramides e Cabral (2009), a relação entre a categoria profissional do Serviço Social com os movimentos sociais fomenta maior visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse período, emerge o que Moro e Marques (2011) vão chamar de “vínculo orgânico” da profissão com os movimentos sociais, pois assistentes sociais desenvolvem parcerias com as lutas pelo direito à cidade, à moradia, à justiça e à saúde, dentre outros. Ou seja, o trabalho profissional passa a incorporar as demandas das lutas sociais da classe trabalhadora.

Gráfico 5: Tipo de Estudo



Fonte: Levantamento do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social (2024).

No que tange à realização de pesquisas, os resultados mostraram que, além da análise teórica, os estudos desenvolvidos por grupos, núcleos e laboratórios apresentam dimensão empírica, com levantamentos de dados junto aos sujeitos coletivos nos territórios/espacos de organização, e analisam as relações que segmentos profissionais do Serviço Social têm com os movimentos e lutas sociais contemporâneas.

Moro e Marques (2011) ressaltam que, apesar do quantitativo de trabalhos expressos sobre movimentos sociais, o tema ainda é considerado invisível, o que demanda maior protagonismo da categoria profissional para o debate. Tal assertiva se evidencia tanto pelo número de respostas obtidas no levantamento quanto pela percepção dos trabalhos apresentados em eventos nacionais da categoria, como o ENPESS de 2024. Do universo de 1.292 trabalhos inscritos, houve apenas cinco trabalhos na modalidade pôster, 42 comunicações orais e duas mesas coordenadas com temáticas sobre movimentos sociais e Serviço Social.

Dentre as áreas e segmentos mais estudados, destacam-se: o movimento de reforma sanitária; movimentos populares, urbanos, de mulheres, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, crianças e adolescentes, pessoas vivendo com HIV e LGBTQIAP+; movimentos de favelas/periferias, do campo, de questões ambientais; movimentos sindicais, de partidos políticos, saúde mental e reforma psiquiátrica; e culturais, além de estudos sobre a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos contemporâneos.

A atualização do estado da arte evidenciou que há movimentos sociais estudados nas cinco regiões do país, com destaque para as duas últimas décadas na relação temporal, o que aponta o protagonismo de temáticas relacionadas aos movimentos sociais e ao Serviço Social brasileiro — mesmo diante do ostracismo em produções científicas nos eventos da área.

Considerações finais

O debate sobre os movimentos sociais apresenta a mola propulsora que permite a condução do projeto profissional, já que emerge também das demandas dos projetos societários (Netto, 2007). A discussão não se configura como algo isolado, pois proporciona ao GTP reflexões sobre as condições de classe, alianças, correlação de forças e condições sócio-históricas de lutas ofensivas e de resistências — demandas contemporâneas no âmbito da sociabilidade capitalista. Os 15 anos refletem avanços em ponderações e construções coletivas, com aporte da categoria profissional que reconhece, nos movimentos sociais, espaços de efetivação de lutas, resistências e enfrentamentos, os quais protagonizam vislumbrar as edificações de uma nova ordem societária, apesar da necessidade de avançar nas produções científicas da área sobre a respectiva temática.

Como disse Marx (2011), não escrevemos a nossa história da forma que gostaríamos, mas com base em tudo o que foi transmitido pelo passado. Mesmo diante dos dilemas históricos, é possível alavancar plataformas de ofensiva e resistência nas lutas, frente aos aportes desiguais e atroztes do sistema capitalista. Pois, como disse o poeta Thiago de Mello: “faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar.”

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Relatórios-Síntese dos Grupos de Trabalho e Pesquisa Gestão ABEPSS – 2013-2014. **Revista Temporalis**, ano 13, n. 26, p. 183–203, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017141.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS): “Lutas Sociais e Produção de Conhecimento”, 14., Natal, RN, 2014. **Anais eletrônicos** [...]. Natal, RN: ABEPSS, 2014. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/movimentos-sociais_relatorio-gtp-201808221659073949230.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Relatório do GTP de Serviço Social e Movimentos Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS): “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória, ES: ABEPSS, 2018. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-gestao-20172018-movimentos-sociais-e-servico-social-201912021622508947260.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Curricularização da Extensão e Serviço Social**. Brasília, 2022a.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social, Gestão “Aqui se respira luta”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 17., 14–17 dez. 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022b. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/apresentacao22>. Acesso em: 20 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 18., 10–14 dez. 2024, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/programa%C3%A7%C3%A3o2024>. Acesso em: 20 out. 2025.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das greves**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 03 jul. 2025.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Valerio A. (org.). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment, os bastidores da Lava Jato e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARICATO, Ermínia *et al.*. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)**. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAURIEL, Ana P. O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, p. 262–271, maio/ago. 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/xFsRJwNKCcZWRz9FvY7q77R/?format=pdf&lang=ptps://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017163.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. São Paulo: Global Editora, 2017.

MORO, Maristela D.; MARQUES, Morena G. A Relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, ano 1, n. 21, p. 13–47, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017163.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

NETTO, José P. A Construção do projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Elizabete *et al.* (org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

VIEIRA, Luís A. **As rebeliões de junho de 2013, para as centrais sindicais da classe trabalhadora brasileira**. 2020. 359 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Submetido em: 30/8/2025

Aceito em: 2/9/2025